

# ÉTICA E RACIONALIDADE:

## LEVINAS E A FILOSOFIA ALÉM DA ESSÊNCIA<sup>1</sup>

---

André Brayner de Farias\*

A tese levinasiana que busca estatuir a Ética, como Filosofia Primeira, tem despertado bastante interesse, no âmbito das atuais pesquisas acadêmicas - não só filosóficas -, bem como vem abrindo uma nova perspectiva para o debate, propriamente filosófico: debate este que nasce da constante re colocação de questões e que dá à Filosofia o motivo de sua própria continuidade. Porém, a novidade, que surge da referida Tese, não vem somente das questões urgentes que o pensamento contemporâneo mais lúcido tem levantado, mas do fato de que a Filosofia vê-se deslocada de seu lugar tradicional, e mais seguro, e levada a um inevitável autoquestionamento que, por sua própria natureza, não pode deixar de ser radical. Trata-se, enfim, de fazer justiça ao que sempre pareceu o mais próprio do saber filosófico, qual seja, sua essencialidade crítica. Pois, uma crítica, de fato, só consegue ser compreendida, quando, além da intuição que sua própria essência nos oferece, é capaz de chegar às vias de sua efetivação.

Queremos dizer, com isso, que o fato de a crítica conter, em sua essência, uma certa *vocação de ruptura*, determina que só podemos

---

\*André Brayner de Farias é professor do Centro Universitário FEEVALE (Novo Hamburgo/RS).

<sup>1</sup> Esse texto foi apresentado, em forma de comunicação, durante o IX Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF - Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia - junto ao GT: A questão ética contemporânea - a contribuição crítica de Emmanuel Levinas. O encontro foi realizado em Poços de Caldas - MG, entre os dias 03 e 08 de outubro de 2000.

perceber que, não obstante sua concepção ontológica, o ente permanece aquele único, diferente e secreto ente<sup>2</sup>. Mas a impossibilidade de uma tal compreensão - qual seja, a da distância (inadequação) que o ente mantém com qualquer idéia que possa surgir a seu respeito - a entendemos, na medida em que trata-se de um pensamento que funciona ou tem sua própria condição de possibilidade, exatamente a partir da essência que leva a esse mesmo pensamento, a promessa de ser, via representação, o próprio conteúdo ao qual ela está referida. É como o referido pensamento se alimentasse de uma ilusão ou de uma promessa que nunca pôde ser, *realmente*, cumprida.

À inteligibilidade do novo pensamento – pela qual se pretende dar suporte, *ainda*, uma tal Filosofia *au-delà de l'essence* - chamaremos de *racionalidade ética*. Dito de outro modo, a suportabilidade dos termos de uma relação, radicalmente ética (ou estética), coloca, para os sujeitos envolvidos, a exigência desse princípio racional prévio - posto que condição para qualquer racionalidade - que mantém a *irreducibilidade* radical em que consiste a Alteridade do Outro, na medida em que essa exigência nasce de um trauma em que o eu desse sujeito é ferido, ao se chocar em seus próprios limites, só a partir do ponto em que pode começar a pensar e até fazer Filosofia.

Todo projeto filosófico de Levinas tem, como fio condutor, uma nova situação moral que sustente uma relação, *de fato*, intersubjetiva, unicamente possível nos termos de uma Ética Primeira. O filósofo lituano-francês - nascido em Kaunas, Lituânia (1906), e posteriormente naturalizado francês – como aluno que foi de Husserl e Heidegger, carrega, portanto, em sua fase inicial, uma forte influência do pensamento fenomenológico. Essa influência aparece, explicitamente, em seus

<sup>2</sup> Cf. ROSENZWEIG F. *El nuevo pensamiento*. Madrid: Visor. 1989. p. 56-57.

entendê-la, a partir do momento em que ela própria atravessa os limites de sua essência, muito embora seja essa a fonte da compreensão, ainda que, apenas, contemplativa.

O Trabalho, que segue, articula-se em torno a essa tese maior do pensamento levinasiano - a Ética como Filosofia Primeira - e tem, como núcleo central e condutor da argumentação, a possibilidade de uma nova perspectiva de inteligibilidade filosófica, sendo que a novidade consiste em dar suporte à Ética, enquanto relação com a alteridade *irreducível* - além da essência - do Outro. Trata-se, pois, de perceber que a *diferença*, longe de se reduzir ao âmbito de possibilidades metodológicas analítica ou dialética, é, antes, condição fundamental para os termos de *qualquer* relação - e aqui podemos estender nosso entendimento, além do nível interpessoal, e compreender, também, a relação que estabelecemos com coisas, com objetos de toda e qualquer natureza e, portanto, possibilitar um tal outro princípio de inteligibilidade, desde um ponto de vista não só ético, como estético -, essa *diferença*, por sua própria natureza, não se permite adequar a qualquer idéia, tematização ou conceito. Nisso consiste a irreducibilidade do Outro, seu desencontro com qualquer idéia, que dele possamos fazer. Ora, mas se parece inevitável, para que se possa estabelecer uma relação, não só a colocação da pergunta “o que é?” ou “quem é?” aquilo ou aquele que se faz presente, como a adequadora - porque positiva - expectativa de sua resposta, não figura como impossível, ainda que se deseje evitar a compreensão de que se trata de uma adequação que permanece num nível puramente abstrato, o nível profundo de um pensamento que não consegue se livrar de suas reconfortantes essências concebíveis, até ao ponto de não precisar mais recorrer àquele nível, pretensamente prévio de possibilidade - a pergunta pelo ser do ente, daquilo ou daquele -, ou seja, não precisamos fazer muito esforço para

busca de atualização dessa mesma apreensão, - coloca em questão a tradicional noção de um alcance definitivo e acabado do objeto do conhecimento. Husserl mostra a impossibilidade de uma tal perspectiva, ao mesmo tempo em que não abre mão de apreender o objeto, por uma representação, mesmo que seja em constante atualização. Levinas observa aqui o impasse ao qual chega a teoria da representação, interpretada fenomenologicamente, isto é, termos de um horizonte infinito de aproximações. Diz o filósofo: “o condicionamento da actualidade consciente na potencialidade compromete a soberania da representação de forma bem mais radical do que a descoberta na vida sentimental de uma intencionalidade específica”<sup>3</sup>.

Vemos, também, o desencontro entre o pensamento ético de Levinas e a Fenomenologia, se atentarmos ao paradigma da adequação que, em Husserl, ganha importância decisiva, no que diz respeito à fundamentação da evidência apodítica. Pois, para a Fenomenologia, enquanto não houver, ao nível da consciência transcendental, a perfeita adequação entre *noese e noema*, a ser feita por meio do preenchimento da intenção significativa com a intuição evidente - sendo que esta oferece, à consciência, o objeto ele mesmo, nos termos de uma garantia ontológica -, a consciência permanecerá insatisfeita e à espera da unidade reconfortante. Trata-se, fundamentalmente, de noções de verdade, em oposição absoluta. Para a Fenomenologia, assim como para as demais filosofias da consciência, a verdade é garantida, pela perfeita adequação entre sujeito e objeto: só isto poderá oferecer uma base segura para a Filosofia. Para Levinas, a verdade surge no exato momento do desencontro ou da desadequação, entre a idéia e o

<sup>3</sup> LEVINAS, E. A ruína da representação. In: *Descobrendo a existência com Husserl e Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. p. 158.

primeiros Escritos - conforme o próprio Autor admite, no famoso artigo *A consciência não-intencional* - muito embora sempre nos termos de uma resposta às fundamentais intuições husserlianas e heideggerianas, resposta essa em que o filósofo já mostra o seu distanciamento e acusa uma certa insuficiência no tocante à argumentação fenomenológica no que diz respeito à preocupação maior do filósofo, ou seja, ao seu problema filosófico - o qual não era exclusividade sua, mas de grande parte dos pensadores de sua época: preocupação referente à *relação com o Outro*.

Husserl sintetiza, nas *Meditações Cartesianas*, alguns dos principais resultados do projeto filosófico do pensamento fenomenológico. Vemos, ali, a cuidadosa retomada das intuições cartesianas, até ao ponto em que a Fenomenologia apresenta sua novidade - a estruturação da consciência transcendental fenomenológica, enquanto fundamento para todas as investidas com pretensões filosóficas. Temos, então, o alcance da evidência apodítica, como verdade indubitável, mediante a qual, é possível um conhecimento seguro e temos, também, como a questão mais fundamental, a perspectiva da intersubjetividade ou a preocupação em estabelecer um possível novo fundamento filosófico para as relações humana, e que, efetivamente, dê conta de superar o solipsismo, em grande medida, resultante de uma subjetividade herdeira do *cogito* cartesiano.

Não podemos ter dúvida das conquistas fundamentais que a Fenomenologia possibilitou para o pensamento filosófico. Husserl inaugurou um modo de pensar que permitiu, em grande medida, a própria possibilidade da Filosofia no século XX, sendo que seus desdobramentos, como toda boa filosofia, continuam hoje a dar muito o que pensar. A própria idéia de que a apreensão do objeto ocorre em vista de um horizonte de possibilidades, o que leva a uma constante

---

 ÉTICA E RACIONALIDADE LEVINAS E A FILOSOFIA ALÉM DA ESSÊNCIA
 

---

identificante - subjetividade transcendental. Ou seja, a partir de uma participação no campo de luz - presença - da consciência que o sentido pode garantir sua validade. Isto parece denunciar, ao nível do saber teórico, uma real impossibilidade de transcendência, entendida, por Levinas, como uma espécie de sentido que habita o *outro que ser*, conforme podemos ler nas primeiras linhas da obra *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*<sup>4</sup>: “Se a transcendência tem um sentido, ela pode apenas significar, pelo que diz respeito ao *acontecimento do ser* - ao *esse*, à essência - o fato de passar ao outro que o ser”. Filosofar, para além da essência ou outramente que ser, constitui uma possibilidade de transcender a própria medida - presença eterna - enquanto referência única de pensamento e sentido. Em outro importante texto, o Autor se coloca da seguinte forma: “o psiquismo do saber teórico constitui um pensamento que pensa à sua medida e, na sua adequação ao pensável, se iguala a si mesmo, será consciência de si. *É o Mesmo que se reencontra no Outro*”<sup>5</sup>. É o Mesmo que nunca pretendeu, de fato, transcendência, na medida em que nunca abriu mão de uma identificação a si mesmo, à sua medida.

O problema dos limites da consciência intencional pode ser melhor compreendido se atentarmos para a dimensão do *infinito ético* que constitui o Olhar (*visage*) do Outro. O infinito é justamente o que não cabe no “espaço” do pensamento identificante, simplesmente porque a esse não cabe o que carece, como toda in-finição de contornos. O infinito do Olhar do Outro é o que instaura a Ética e a relação, propriamente dita, na medida em que chega, como um chamado, à

conteúdo, até ao ponto em que à consciência não reste outra alternativa, senão a de abandonar essa tendência ao acolhimento transcendental, e isso poderá conduzi-la à “percepção” da presença de um nível de consciência que permanece aquém de seu próprio posicionamento intencional. Aqui Levinas dá um salto fundamental com relação a Husserl quando descobre o caráter prévio da consciência, qual seja, a sua não-intencionalidade, que caracteriza uma espécie de má-consciência ou consciência não-reflexiva. A partir daqui, podemos alcançar uma melhor compreensão daquilo que mais nos interessa: o estatuto de uma *racionalidade ética*, um novo modo de pensar, uma realidade de abertura ao encontro com a diferença, *como diferença*.

O filósofo descreve a má-consciência como uma região obscura e incômoda, que acompanha sempre a boa consciência intencional. Ela se apresenta como pura passividade, como uma anterioridade pré-originária que, justamente, constitui um mundo, a um tempo distante, em termos de sentido e próximo, na medida em que acompanha, como uma presença invisível, o universo expansionista da visada intencional. Surge, daí, a possibilidade do questionamento radical da postura tradicional da consciência, na medida em que essa adquiriria a emprestar sentido, unicamente, àquilo que poderia ser apreendido, mediante sua luminosidade. Ao eu transcendental caberia a recuperação para o interior da consciência de tudo o que sua visão fosse capaz de alcançar, e à consciência caberia, nesse caso, a doação do sentido ao fenômeno captado, sentido, inevitavelmente, ontológico. O que se recupera da variabilidade - no fundo irrecuperável - do real para merecer lugar nessa unidade transcendental é o que pode ser identificado, desde uma articulação ao ser, e tal identificação acaba por transportar o eu de volta para o seu *nunca interrompido repouso*. O sentido, nesse caso, passa a valer enquanto referência ao eterno presente da unidade

---

<sup>4</sup> LEVINAS, E. *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. Paris: Kluwer Academic (Le livre de poche), p. 13.

<sup>5</sup> LEVINAS, E. A consciência não-intencional. In: *Entre nós - ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 169. (grifo nosso).

---

**ÉTICA E RACIONALIDADE: LEVINAS E A FILOSOFIA ALÉM DA ESSÊNCIA**

de se pensar em algo, como uma condição de possibilidade para a concepção do sentido. Esse despertar se traduz, para Levinas, em “ser como má consciência; ser em questão, mas também ser votado à questão, ter que responder – nascimento da linguagem; ter de falar, ter de dizer eu (*je*), ser na primeira pessoa, ser eu (*moi*) precisamente; mas, conseqüentemente, na afirmação de seu ser de mim, ter de responder por seu direito de ser”<sup>9</sup>

Enfim, o estatuto de uma racionalidade ética - se é que podemos pensar em outra possibilidade racional, se é que qualquer racionalidade por si só já não nasce desde uma atitude, teórica que seja, frente a outra realidade – pretende, aqui, se sustentar pelo seu caráter de anterioridade, pelo seu caráter fundante. É possível continuar pensando nos termos da adequação, ou do acoplamento transcendental - assim parece mais confortável. O que não é possível é continuar negligenciando o caráter prévio e fundamental da alteridade, que não se reduz aos termos do conceito, da essência, ou das peças do jogo filosófico mais tradicional. O que não é possível é continuar inaudível ao apelo ético do Outro que clama por justiça. Este é todo significado de uma tal racionalidade ética, sentido para uma humanidade, verdadeiramente racional e justa.

responsabilidade, sendo que, também, indica um obstáculo intransponível para o poder de alcance de qualquer intencionalidade. O pensamento identificante, muito embora reconheça que não chega à coisa-em-si, se contenta com o fenômeno do mundo. O mundo se constitui, enquanto fenômeno, à luz das categorias e dos conceitos, através dos quais o pensamento irá constituir o universo das coisas conhecidas. Mas o infinito não se dá à luz porque não possui os traços de um objeto<sup>6</sup>, portanto, não se dá à visada intencional, não se deixa perceber por esta. O Olhar do Outro, infinito, é sua palavra que inaugura a linguagem, na dimensão do desejo metafísico, como um convite irrecusável – uma vez que apela ao desejo - à responsabilidade. O Olhar é abertura à possibilidade de uma verdadeira transcendência que, por sua vez, unicamente quer ser ética, na medida em que, ao Mesmo, restam duas alternativas: ou bem responder ao chamado, justificando assim seu próprio *ser-no-mundo*, ou se fazer de surdo, permanecendo embriagado e prisioneiro de sua liberdade solitária e injustificada. Nesse caso, comprometendo sua própria humanidade. Ao Mesmo restam duas alternativas, “ser moral ou não ser humano”<sup>7</sup>. Por isto, o infinito é interpretado como um traumatismo<sup>8</sup> que desinstala qualquer possibilidade intencional da consciência - uma vez que transborda qualquer idéia que o tenta conter - nisso, faz apelo à consciência não-reflexiva, ao despertar da dimensão ética do sujeito, uma espécie de “condição” incondicional que antecede, anarquicamente - pré-originariamente - e sustenta todas as condições e a própria possibilidade

---

<sup>6</sup> LEVINAS, E. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 1988. p. 36.

<sup>7</sup> PIVATTO, P. S. Ser moral ou não ser humano. In: *VERITAS – Revista de Filosofia*. Porto Alegre: PUCRS. v. 44, n.2, junho/1999, p. 353-367.

<sup>8</sup> SOUZA, R. T. *Sujeito, ética e história – Levinas, o traumatismo infinito e a crítica da filosofia ocidental*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. (capítulo II).

---

<sup>9</sup> LEVINAS, E. *Entre nós...*, p. 174.